

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera o art. 155 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para definir hipótese de delimitação de valoração de prova, em situação que envolva prisão e custódia do imputado.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 155 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal – passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 155.** O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial.

§ 1º Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.

§ 2º Não é válida a decisão proferida com fundamento exclusivo em elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

§ 3º Não é válida a decisão proferida com fundamento exclusivo nas informações prestadas pelos responsáveis pela prisão, condução e custódia do imputado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto altera o art. 155 do Código de Processo Penal, inovando-o para tornar inválida a decisão judicial proferida com fundamento exclusivo nas informações prestadas pelos responsáveis pela

prisão, condução e custódia da pessoa acusada da prática de crime. Busca-se, dessa forma, exigir a produção de provas na fase processual.

A proposta insere-se entre as 16 Medidas contra o Encarceramento em Massa, formuladas pelas seguintes entidades: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, Pastoral Carcerária Nacional – CNBB, Associação Juízes para a Democracia – AJD, Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação – CEDD/UnB.

Entre as 16 medidas formuladas está a “Proposta nº 11 “Exigência de produção de provas na fase processual”, que apresentamos por meio deste projeto de lei. A proposta é justificada nos seguintes termos:

“Com a presente proposta se almeja compatibilizar o livre convencimento motivado da autoridade judicial com a efetiva garantia do contraditório e, também, com a necessidade de fundamentos válidos para decisões judiciais que sejam ligadas à prisão dos imputados.

Assim, sem prejuízo de se manter o princípio da livre motivação judicial, pareceu necessário separar a parte final do caput do aludido artigo em parágrafos, ora deixando claro o que já ali constava, ora acrescentando ponto que, ao contrário de amesquinhar aludido princípio, apenas cobra da autoridade judicial escrutínio mais apurado quando se tratar de situação em que há risco de decretação de prisão.

Com efeito, a mera reprodução em juízo de informações colhidas exclusivamente na prisão ou custódia do imputado, por um lado desnatura o papel heurístico que se espera do contraditório a se formar em instrução criminal e assim desmerece a própria função judicial de apreciação dos elementos colhidos em audiência; e por outro traz como consequência a sobrevalorização dos elementos de informação colhidos na investigação preliminar – mormente em situações de prisão e custódia, quando os interesses do imputado são indiscutivelmente fragilizados e sua defesa se encontra limitada.

Exigir-se, pois, uma limitação clara e específica no âmbito da livre motivação judicial para essas situações, é medida que se impõe inclusive para que o processo penal seja levado mais a sério, com exploração em audiência de todas as situações, e não meras reproduções de contextos em que se deu a prisão a partir da perspectiva de policiais.

No mais, a Lei Federal nº 12.850/13, ao tratar dos meios de investigação de prova na chamada organização criminosa, ao cuidar da colaboração processual, já estabelece semelhante e adicional rigor na valoração dos elementos de informação que dali defluem (art. 4º, § 16),

sem que se cogite, minimamente, de qualquer arranção à livre motivação judicial. Não há porque se imaginar rigor tamanho quando se cuidar de organização criminosa e valoração de informação advinda de colaboração processual e, em matéria intuitivamente mais sensível que é o de testemunhos de responsáveis por prisão, condução e custódia, não se cercar das mesmas e razoáveis cautelas.” (in “Caderno de Propostas Legislativas: 16 Medidas contra o Encarceramento em Massa”, IBCCRIM, Pastoral Carcerária, AJD e CEDD/UnB, pp. 29-30).

A solução para o problema do encarceramento em massa exige medidas legislativas adequadas. A existência de mais de 600 mil pessoas presas, com um *déficit* de aproximadamente 230 mil vagas em nosso sistema prisional, bastaria para justificar a necessidade de medidas que confirmem mais racionalidade ao sistema e à política criminal aplicada no país. As frequentes rebeliões e as persistentes violações de direitos humanos que observamos nos presídios tornam a discussão dessas medidas uma questão urgente e colocam o tema como item prioritário da agenda nacional.

Por essas razões, submetemos o presente projeto ao debate legislativo, solicitando o apoio dos senhores e senhoras parlamentares para seu aprimoramento e aprovação final.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB-SE



SF/17295.27710-80